

À

SIEMENS LTDA.

A/C: Sr. Luis Felipe Gatto Mosquera

Avenida Mutinga, 3800 - Pirituba

CEP 05.110-902 - São Paulo - SP

Fone: (41) 3078-4619

[claudia.cunha@siemens.com.br](mailto:claudia.cunha@siemens.com.br), [adao.oliveira@siemens.com](mailto:adao.oliveira@siemens.com)

Referência: Concorrência Internacional IC 0873-17

Assunto: Impugnação - Resposta - improcedência

Prezado Senhor

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPU, Anexo III do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

A ITAIPU possui procedimentos próprios, para certames licitatórios que promove disciplinado na Norma Geral de Licitação da ITAIPU, adotando apenas e subsidiariamente a legislação brasileira e/ou paraguaia, conforme o caso, no deslinde das questões jurídicas que se apresentam, conforme consignado no subitem 1.2.2 do Caderno de Bases e Condições da Concorrência Internacional em apreço.

As licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta do subitem 1.2.2 do já citado ato convocatório, não lhe sendo aplicável, portanto, a Lei nº 8.666/93 ou a Lei 13.303/2016, conforme relatado pela própria impugnante.

De todo modo, a Norma Geral de Licitação da ITAIPU, em consonância com os princípios previstos nos sistemas jurídicos brasileiro e paraguaio, estabelece a observância das diretrizes basilares, as quais nortearão todo o procedimento licitatório, nos seguintes termos:

*“Art. 2º - Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da igualdade ou isonomia, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da competitividade, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.*

*Parágrafo único - Todas as obras, serviços, compras, locações e alienações, contratadas pelas ITAIPU, salvo nos casos excepcionais previstos nesta Norma, serão precedidas de Licitação, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para a Entidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, respeitados os princípios básicos enunciados no caput deste artigo.”*

*pen*

Em lastro aos fundamentos supracitados, e depois de detida análise da impugnação apresentada por V.S<sup>a</sup>, constatamos que as alegações não merecem, respeitosamente, procedência. As condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório não ofendem os princípios insculpidos no art. 2º da Norma Geral de Licitação da ITAIPU e objetivam estabelecer medida justa e suficiente para atender às necessidades da ITAIPU e, ainda, não perder mira na abertura da necessária competitividade imposta a todo certame licitatório.

Dito isso, passa-se a análise de cada uma das alegações trazidas pela impugnante:

- a) No que se refere à alegação de que as exigências de habilitação técnica ferem os princípios da isonomia, razoabilidade e competitividade (fls. 2).

R: Ao contrário do que afirma a impugnante, a fixação das exigências de habilitação técnica não ferem os referidos princípios, pois inexiste qualquer vedação de participação por empresas nacionais, desde que comprovem que “fabricaram” e “forneceram” os respectivos equipamentos para os lotes 1 a 3. As exigências de habilitação que demandam a comprovação de “fabricação” e de “fornecimento” visam incentivar a participação direta de fabricantes estrangeiros e de fabricantes nacionais (brasileiros e paraguaios), caso assim decidam, evitando que a referida licitação internacional fique restrita a participação do mercado local (representantes comerciais), pois a participação exclusiva por intermédio de representantes (o que possivelmente ocorrerá caso não se exija a fabricação dos equipamentos) pode inviabilizar a obtenção de preços mais vantajosos para a ITAIPU (custo de representação), além de aumentar o risco de descumprimento de serviços complementares do produto (suporte técnico, garantias e/ou serviços de pós-venda), vez que a relação ITAIPU *versus* fabricante será intermediada pelo representante local.

A definição da licitação com abrangência de mercado internacional permite que fabricantes estabelecidos no estrangeiro e no Brasil e no Paraguai possam participar de forma direta (sem representantes), o que leva, em tese, o oferecimento de preços mais atrativos. Ademais, nada impede que o fabricante que detenha capacidade técnica requerida constitua representante por mandato para representá-lo na licitação, desde que se utilize de acervo técnico próprio e não de empresa pertencente ao grupo estabelecida em outro país. Frise-se mais uma vez, a definição dos critérios de habilitação técnica não veda a participação de empresas brasileiras e paraguaias em igualdade de condições com as estrangeiras, desde que comprovem a fabricação e o fornecimento dos equipamentos.

- b) No que se refere à alegação de “equívoco nos aditamentos”, pois a impugnante é uma “subsidiária da Siemens Alemanha, tendo participação acionária desta, bem como licença de usos e fabricação de seus equipamentos” (fls. 2 a 4).

R: Ao contrário do alegado pela impugnante, a ITAIPU não reconhece equívoco nas respostas às perguntas formuladas nos aditamentos mencionados, vez que para o sistema jurídico brasileiro o fato de a matriz e filial (subsidiária) estarem





estabelecidas em países distintos configura pessoas jurídicas distintas, ainda que pertencentes ao mesmo grupo econômico mesmo que a Siemens AG (alemã) detenha participação na Siemens Ltda. (brasileira).

Por outro lado, considerando que se trata de pessoas jurídicas distintas, nada impede que a Siemens AG (alemã) participe diretamente da licitação trazendo atestados de desempenho que “fabricou” e “forneceu” os referidos equipamentos para a Siemens Ltda.(Brasileira), ou que a própria Siemens Ltda. (brasileira) participe apresentando atestados de terceiros que fabricou e forneceu os referidos equipamentos.

- c) No que se refere à alegação e que não pode prosperar a tese de que o “escopo exigiria a manufatura em território brasileiro para fins de execução satisfatória e adequada do contrato [...] não havendo qualquer relevância a Siemens Ltda. Ser ou não a fabricante dos equipamentos [...]”, pois se trata de uma compra e venda com entrega na Usina Hidrelétrica de Itaipu por previsão do subitem 2.4.3 do CBC (fls. 5 e 6).

R: Inexiste qualquer exigência de que os equipamentos tenham sido fabricados no Brasil, exigindo-se tão somente que o proponente (nacional ou estrangeiro), independente do local de estabelecimento comprove que “fabricou” e “forneceu” os referidos equipamentos. A comprovação de fabricação e fornecimento é relevante em termos comerciais (possibilidade de oferecimento de preços mais vantajosos pela participação direta de fabricantes nacionais e estrangeiros) e pelo aspecto técnico (serviços de garantia, suporte etc.) que podem ser ofertados diretamente pelo fabricante sem a interveniência do representante.

- d) No que se refere à alegação de que o TCU entende que deve ser evitada “[...] formulação de exigências desarrazoadas em termos de estrutura administrativa local de forma a onerar desproporcionalmente as empresas, inibindo a competitividade [...]” e que, portanto, manter a “previsão editalícia” seria “discriminar a Siemens” (fls. 6 e 7).

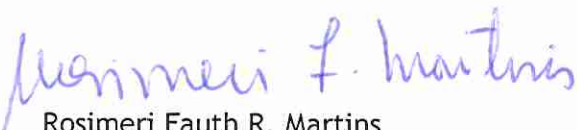
R: As decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) não vinculam à ITAIPU em razão da natureza jurídica da entidade descrita no subitem 1.2.1 e das características da licitação descritas no subitem 1.2.2, ambos do Caderno de Bases e Condições (CBC), contudo, as recomendações daquele Tribunal de Contas quando não contrárias às normas internas da ITAIPU e à Norma Geral de Licitação (NGL) são na medida do possível, observadas por representarem boas práticas.

Dito isso, entende-se que inexiste qualquer exigência ilegal ou desarrazoada que obrigue a constituição de “estrutura administrativa local” ou “fabrica local” ou qualquer previsão no Caderno de Bases e Condições que represente discriminação a Siemens ou qualquer outra empresa, pois as condições de habilitação objetivam comprovar que a proponente “fabricou” e “forneceu” os equipamentos objeto em licitação, independente do local onde está sediada, não havendo, portanto, qualquer discriminação quanto à localização da proponente.

*man*

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

Atenciosamente,



Rosimeri Fauth R. Martins  
Superintendente de Compras